

A contribuição dos estudos sobre *au pair* no reconhecimento do trabalho doméstico¹.

Michelle Franco Redondo

Doutora pela universidade Estadual de Campinas _Unicamp e pela Université Paris 8. Professora no departamento de sociologia da Université Paris 8.

Resumo: O presente texto trata da dificuldade de se considerar o trabalho doméstico como um emprego equivalente a outros. Ele é constituído graças a uma pesquisa qualitativa realizada com brasileiras que entraram na França por meio desse programa de intercâmbio *au pair* e mais tarde se tornaram babá. O texto apresentará uma das razões pelas quais as participantes brasileiras são cativadas pelo discurso do programa_ a camuflagem do trabalho doméstico pela oportunidade de conhecer uma nova cultura_ e a analisará como uma dificuldade de se reconhecer como e com os mais vulneráveis socialmente. Esse grupo será aqui representado pelas trabalhadoras doméstica. Assim, será possível refletir sobre as representações do trabalho doméstico além ser feita a apresentação do “sistema de dificuldades para o reconhecimento do trabalho doméstico do cuidado e do cuidar” e da contribuição dos estudos sobre *au pair* para a sua construção.

Introdução

O despertar do interesse pelo estudo das *au pair* tem origem na minha própria experiência como participante deste Programa de intercâmbio. Esse tem como princípio básico o recebimento de uma estrangeira - a *au pair* - para a aprendizagem da língua falada pela família que a acolherá. Entre *au pair* e família de acolhida é estabelecido um contrato no qual a primeira cuidará das crianças da família em troca de receber acomodação, comida e dinheiro semanal. Assim, foi a partir do que encontrei no meu cotidiano como *au pair* que comecei a questionar como outras participantes brasileiras vivenciavam esta experiência e, graças à convivência com elas, constatei percepções que não me eram exclusivas e passíveis de análise sociológica. Dessa forma, concomitantemente com a minha própria experiência como *au pair*, realizei o Master 1 e 2 na França. Neste período, fiz um levantamento sobre a História do Programa *au pair*, defini o perfil das suas participantes brasileiras e trabalhei com algumas experiências de maneira mais aprofundada, descrevendo aspectos da atividade por elas desenvolvidas - do trabalho do *care*. Com essas informações, dentre outros aspectos, foi possível demonstrar como o Programa *au pair* corresponde ao mercado do trabalho do cuidar e do cuidado e como o discurso de intercâmbio que ele aporta camufla o trabalho executado. Assim, iniciei minha reflexão sobre alguns dos interesses na invisibilidade deste trabalho e, conseqüentemente, sobre a dificuldade no seu

¹ Nesse trabalho do trabalho doméstico é considerado como um trabalho do cuidado e do cuidar. Em alguns momentos as duas nomenclaturas irão aparecer.

reconhecimento.

Mais tarde, graças à convivência e o acompanhamento de 20 brasileiras e 5 brasileiros que chegaram na França por meio do programa *au pair*, dei continuidade aos meus questionamentos e realizei o doutorado. Este sobre a trajetória das brasileiras que também participaram do programa *au pair* e após seu término tornaram-se babá (*nounou*). Dessa maneira, pude colaborar com os estudos sobre o cuidar e o cuidado e defender a ideia de que temos dificuldade de nos reconhecer vulnerável socialmente. Neste texto procurei condensar algumas informações recolhidas ao longo desses anos para ilustrar como foi compreendida nossa dificuldade de valorizar como trabalho o cuidar e o cuidado que recebemos.

A experiência como *au pair*.

“A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa.” (FREUD, 2003, p. 60)

A palavra *au pair* quer dizer “entre pares”. Trata-se de um *status* intermediário entre o de estudante e o de trabalhadora, usado para designar pessoas que moram na casa de famílias no intuito de ajudá-los no cuidado com os filhos. Ao longo do tempo, esse *status* foi estruturado no Programa de Intercâmbio *Au pair*, cujo nome sugere algo programado, estabelecido, que trata de trocas culturais entre iguais. Por consequência, afasta-se qualquer imagem de submissão ou exploração e distancia-se do seu conteúdo a ideia da realização do trabalho doméstico. Nesse sentido, a publicidade que envolve o programa denota uma vivência aprofundada em outra cultura por tempo determinado, por meio da qual suas participantes podem ampliar seus conhecimentos em “par de igualdade” com os envolvidos nessa experiência² (REDONDO, 2010). Em **troca** de moradia, alimentação e um dinheiro mensal, as *au pair*, em sua maioria são mulheres, cuidam da família que lhes acolhem, enquanto também realizam um curso do idioma..

A ideia de igualdade entre os participantes do programa *au pair* é reforçada por um discurso afetivo: nele, propõe-se aos participantes uma relação como ocorreria entre familiares. Afasta-se da convivência a ênfase em uma relação de trabalho. Assim, o discurso

² Embora nos Estados Unidos da América, a expressão “Big Sister” seja mais difundida do que nos países da Europa, em todos os lugares, a ideia de que as *au pair* serão membros da família é difundida e destacada.

que permeia o programa vai ao encontro dos interesses dos seus participantes e fomenta uma rede de agências que se ocupam do programa, ilustrando o mercado do trabalho do *care*. Dessa maneira, podemos dizer que o programa *au pair* envolve: i) um apelo afetivo que parece estar diretamente ligado ao trabalho leve - como o de uma irmã mais velha; ii) e um aspecto financeiro vantajoso, a *au pair* ganhará um dinheiro semanal e não terá despesas durante a estadia no país. Esses elementos despertam o interesse da classe média brasileira, que adere ao programa. Ceder a esse apelo decorre do “sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar” desse grupo de brasileiras, ou seja, do *habitus* que, como tal, é condicionante e condicionador de suas ações.

O *habitus* das participantes do programa *au pair* constituiu-se dentro do legado do trabalho doméstico e da diferenciação social que estas fazem das empregadas domésticas em seu país. Nesse sentido, historicamente, considera-se que o trabalho manual³ é algo desvalorizado. Na sociedade brasileira, não é diferente. A empregada doméstica tem uma imagem marginalizada e seu trabalho defronta-se com os problemas das relações sociais (FERREIRA, 2008). A História escravista no Brasil deixou marcas na organização doméstica e familiar (KOFES, 2001) e gerou valores sociais, entre os quais está presente o deslocamento dos escravos domésticos para as empregadas domésticas.

Sob essa perspectiva, distinguir-se de uma empregada-doméstica convencional é importante para as *au pair* brasileiras e o discurso do programa *au pair* repercute a ideia dessa diferenciação. Portanto, com base em uma historicidade e na condição socioeconômica de seu país de origem, as *au pair* brasileiras possuem *habitus* relacionados à sua classe social⁴, o que nos ajuda a compreender por que a ideia de não ser uma babá convencional é algo que lhes agrada.

A diferença social das *au pair* em relação às empregadas domésticas em seu país é comprovada pelas exigências financeiras para a realização do programa de intercâmbio *au pair*. O programa é relativamente custoso para os padrões brasileiros (gasto com agência, visto, passagem) e é exigido estar cursando uma universidade ou ter terminado recentemente o ensino médio. Assim, a categoria das babás no Brasil dificilmente teria educação os recursos e a formação suficientes para participarem do programa *au pair*⁵. Dessa maneira, é

³ Em seu livro *A condição do homem moderno*, Hannah Arendt (1997) mostra que, na Grécia antiga, em contraposição às atividades dos homens livres, a reflexão, a atividade política, os trabalhos que demandavam um esforço físicos eram desvalorizados e os escravos não eram considerados homens.

⁴ Entende-se classe social não apenas com referência à renda do indivíduo, mas também como um conjunto de fatores a ela relacionados, como escolaridade, posição no mercado de trabalho (estrutura produtiva), ideologia (visão de mundo, valores). É nesse sentido que o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu encaixa-se adequadamente na presente pesquisa.

⁵ Esta afirmação a respeito das condições das empregadas domésticas brasileiras tem sofrido alterações. No

fato que as brasileiras participantes do programa *au pair* possuem condições socioeconômicas distintas das babás de seu país e, por consequência, ao chegarem ao país de acolhida e se tornarem *au pair*, passam por uma modificação de classe social. Contudo, ao chegarem à França, nosso recorte de pesquisa principal, procuram manter a distinção em relação às empregadas domésticas, dando ênfase à ideia de que estão participando de um programa de parceria ou fazendo um intercâmbio.

Enfim, observa-se que a participação no programa é um meio para viajar, ter uma experiência internacional, aprimorar os conhecimentos em outra língua. O trabalho realizado em troca do acolhimento para que essa viagem aconteça é, *a priori*, apenas algo que faz parte do cotidiano de qualquer pessoa que está em uma casa. Dessa maneira, a camuflagem do trabalho doméstico realizado pelas *au pair* e o seu consequente afastamento da imagem de uma empregada convencional cativa as participantes do programa. No entanto, essa evidência se complexifica quando, ao passar do tempo, elas deixam de ser *au pair* e continuam a cuidar de crianças como forma de sobrevivência.

2. Ser *nounou*⁶ não é ser babá.

Empregado doméstico: “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial destas”
(CLT, Lei 5859/1972)

Se para as participantes do programa de intercâmbio ser *au pair* é um meio para conhecer outra cultura, sem que a atividade exercida as torne uma babá ou empregada doméstica no estrangeiro, o que acontece quando terminada a estadia como *au pair*? Elas continuam a cuidar de crianças, mas recebendo o nome de “*nounou*” (babá em francês)? Esse questionamento se apresentou a partir da constatação de que uma vez finalizada a participação ao programa *au pair*, as garotas que permaneciam na França continuavam a cuidar de crianças. Nesse novo contexto, elas não poderiam mais camuflar o fato de serem trabalhadoras domésticas e questionou-se como isso seria possível para a classe média brasileira que sempre buscou diferenciar-se das empregadas domésticas. Tati uma ex-*au pair* entrevistada quando era *nounou*, ilustra essa situação ao responder como ela explicaria para

entanto, as representações do trabalho domésticos ainda estão nela enraizadas.

⁶ Durante as entrevistas, as brasileiras, ao precisarem usar a palavra babá, a substituíam pela sua versão em francês e, portanto faziam uso da palavra *nounou*.

alguém no Brasil o que ela faz na França:

Eu sou babá, gente! Eu busco as crianças na escola... Mas a diferença é que, ao contrário do Brasil, a visão de babá aqui não é uma visão sub... de...Tipo assim, de uma pessoa que vem, obrigatoriamente, de um lugar pobre, que vem da favela, que não conhece nada e que é ignorante. Aqui, normalmente, quem faz *nounou* é estudante que eles sabem que precisam para pagar o... e tal. Então, assim, eles não têm, assim, aquela coisa, tipo... “Ah, eu sou...” Como eu explico?... Não é assim, tão pejorativo aqui, como no Brasil, ser babá ou ser empregada doméstica, por exemplo

A resposta de Tati demonstra que, com base na atividade que exerce, ela mesma não pode se nomear de outra maneira que não babá. Contudo, ela se distancia das babás que trabalham em seu país ao traçar um paralelo com as representações das empregadas domésticas no Brasil e na França. Assim, Tati demonstra sua percepção negativa a respeito daqueles aos quais o trabalho doméstico estaria designado, distanciando-se dos mesmos.

Tati não foi a única entrevistada a expressar que havia uma imagem diferente das babás na França em comparação às do Brasil. Esta é uma percepção comum, porém não é possível afirmar que seja uma verdade vivida por todo o grupo de *nounous* na França. Como a frase “Aqui, normalmente, quem faz *nounou* é estudante (...)” demonstra, as garotas facilmente associadas aqueles que realizam um trabalho temporário. Essas jovens se diferenciam de um grupo composto por mulheres mais velhas que passam o dia todo com as crianças. As diferenças vivenciadas por Tati e o grupo de *ex-au pair/nounou* brasileiras na França estão pautadas em uma experiência na qual o trabalho doméstico continua sendo um meio de chegar a outro lugar, um veículo, não condizendo, portanto, com a vivência de outras trabalhadoras.

A percepção do grupo aqui estudado é de estrangeiras, originárias de um país com boas relações com o Brasil, sem um legado histórico baseado na colonização. As ex-colônias francesas (ALMEIDA, 2013), por exemplo, são outra fonte de resposta à demanda de trabalhadoras domésticas das quais as *au pair* brasileiras se diferenciam. Por isso, as *ex-au pair /nounou* brasileiras na França possuem algumas vantagens com relação a outras pessoas que compõem o grupo de trabalhadoras domésticas nesse mesmo país. Porém, ainda que diferentes de outras trabalhadoras e ainda que haja diferenças nas relações do cuidado e do cuidar no Brasil e na França, há aspectos que se assemelham e podem escapar do cotidiano daquelas que possuem como referência o trabalho doméstico brasileiro. Um exemplo ilustrativo desta afirmação é a história de Marcela⁷.

⁷ Brasileira formada em Letras (português/inglês) pela Universidade Católica de São Paulo (PUC). Aos 29 anos, em 2011, mudou-se para a França para viver com o marido francês e retomar seus estudos. Nesse mesmo

Marcela relata que, um dia, na saída da escola, a menina da qual cuidava falou que sua babá anterior não parecia uma babá, mas uma mãe. Quando Marcela questionou a criança a respeito desta percepção, a resposta fez referência à cor da pele. As mães eram brancas e as babás *mates* (morenas), como Marcela, ou de outra cor. O fenótipo de Marcela é branco, sua pele é clara, seus cabelos são lisos e pretos, assim como seus olhos. No Brasil, certamente, uma branca que não seria associada a uma babá. No entanto, na França, uma imigrante *mate* que, para a criança de quem cuidava, era visivelmente como outras babás e evidentemente diferente de seus pais, ambos de cabelos claros e olhos azuis.

Tanto no Brasil quanto na França há uma evidência de quais pessoas deveriam ser trabalhadoras domésticas. Em ambos os países, o trabalho doméstico está destinado àquelas que, inclusive no fenótipo, não se assemelham aos referidos dominantes do país em questão. Para os que nasceram no país e fazem parte do grupo dominante, é como se trabalhadoras domésticas fossem sempre “o outro”. Desta perspectiva, as *ex-au pair/nounou* brasileiras estão suscetíveis de serem identificadas como pertencentes ao grupo de *nounous*. Portanto, ainda que não façam parte do grupo daquelas que realizam o trabalho doméstico para terceiros no seu país, ao serem estrangeiras e se tornarem o “outro” na França, são identificadas como babás. No entanto, dentro da diversidade que constitui esse grupo na França, nota-se uma hierarquia e as brasileiras *ex-au pair/nounou* são privilegiadas em comparação às *nounous*, que não são identificadas como estudantes que trabalham de maneira temporário nesse domínio.⁸

Mesmo que não haja espanto no fato de que Tati, Marcela e outras pessoas da América Latina sejam uma *nounou*, elas têm um diferencial em relação às demais *nounous*: seu trabalho é um veículo para outro destino (outro estatuto de trabalho, outro objetivo) e isso lhes permite uma mobilidade social.

As especificidades apresentadas por Tati como características que representam as pessoas que realizam o trabalho doméstico no Brasil, mesmo que equivocadas em seus pormenores, demonstram um sintoma social que reflete a dificuldade em se considerar parte de um grupo que ocupa um lugar inferior na hierarquia social: nas palavras de Tati, o lugar de “sub”. Por isso, ainda que Tati seja uma babá, e, portanto, uma trabalhadora doméstica, ela prefere se distinguir desse grupo. Esta distinção lhe é possível, pois ela não faz parte da representação social que possui destas trabalhadoras. Ilustra-se, desta forma, a dificuldade de

ano, ingressou em um curso de francês chamado *Diplôme Universitaire de Langue Française* (DULF), na Universidade Paris 3, e foi trabalhar como babá. Cuidava de um menino de oito anos e de uma menina de sete anos, ambos loiros de olhos azuis.

⁸ Enfatiza-se aqui a ideia do trabalho como um veículo, mas não deve ser esquecido que ocorre uma avaliação do trabalho doméstico não pela atividade exercida em si, mas pelos corpos que a executam.

se identificar com e como uma pessoa considerada mais vulnerável socialmente: as trabalhadoras doméstica. Assim, a necessidade de distinção das *au pair* em relação às empregadas domésticas e às babás (REDONDO, 2010) passou a ser analisada como um incentivo à dificuldade de reconhecer o trabalho doméstico.

2. Sistema de obstáculos para o reconhecimento do trabalho doméstico e a contribuição das *au pair* brasileiras na sua construção.

Não há apenas uma resposta quando questionamos o por quê do trabalho doméstico não ser considerado como um emprego equivalente a outros e o estudo sobre as brasileiras *au pair* na França colaborou para colocar em evidência algumas destas razões. Assim, no intuito de compreender de maneira holística a resistência que nos impede de valorizar o trabalho doméstico e contribuir para essa reflexão foi imaginado um “sistema de dificuldades” para o reconhecimento do trabalho doméstico. Nele uniu-se três fatores já consolidados como obstáculos ao reconhecimento do trabalho doméstico São eles: i) a dificuldade de reconhecer-se vulnerável (TRONTO 2009); ii) o trabalho doméstico ser um trabalho exercido por pessoas vulneráveis (PAPERMAN 2005); iii) o desconhecimento dos esforços físicos e psíquicos que compõem sua atividade (PAPERMAN 2005; TRONTO 2009). A esses três fatores somou-se iv) a dificuldade de identificar-se com e como uma trabalhadora doméstica que pode ser condensada como a dificuldade de reconhecer-se vulnerável socialmente. Estes quatro fatores são permeados pelo que Evelyn Nakano Glenn (2017) nomeou como: o “dever de *statuts*” e a “servidão racializada” formando o sistema de dificuldades para o reconhecimento do trabalho doméstico.

O sistema “dever de *statuts*” é o sistema de obrigação estatutária diferenciada de acordo com o gênero. Ele delega funções aos indivíduos pelo simples fato deles ocuparem um determinado *status*. Dentro desse sistema e com base na divisão sexual do trabalho, as atividades relacionadas à casa e aos filhos estão designadas às mulheres, pois são elas que possuem o *status* de esposas, mães e filhas (GLENN, 2017). Esta constatação explica como a premissa de que as pessoas que dividem o mesmo espaço doméstico deveriam tomar conta dele, não significa uma divisão igualitária das atividades.

Já o sistema de “servidão racializada” é o regime de propriedade diferenciado segundo a raça, em uma extensão dos serviços laborais coercitivos. Estes foram abolidos formalmente, mas sua influência e o legado das suas representações continuam a moldar as relações contemporâneas (GLENN, 2017). Tendo como consequência a designação do trabalho doméstico a um grupo específico.

Os dois sistemas de hierarquias sociais apresentados por Glenn podem ser observados no programa de intercâmbio *au pair* possibilitando constatações de estruturas que permeiam todos os trabalhos voltados ao cuidar e ao cuidado e o avanço nesse campo de pesquisa a partir dos estudos voltados às *au pair*.

A presença do “dever de *statuts*” no programa de intercâmbio *au pair* está tanto no fato de que a maioria das suas participantes é mulher quanto na ideia de que a pessoa *au pair* ocupará simbolicamente o *status* de irmã mais velha e por isso deve cuidar das crianças mais novas. Por sua vez, a ideia de “servidão racializada” pode ser observada na essência do programa de dois pontos de vista distintos. O primeiro parte da perspectiva do país que recebe a *au pair*. Não é por acaso que o programa é voltado para pessoas estrangeiras; são os “estranhos” ao grupo dominante que realizam o trabalho e eles são facilmente identificados pela sua diferença “racial”. O segundo ponto de vista faz referência às participantes e se materializa no fato delas não se verem como trabalhadoras domésticas, pois não fazem parte do grupo convencionalmente designado a esse tipo de atividade. Portanto, a família de acolhida assim como a *au pair* percebem o sistema de servidão racializada e não se identificam com o grupo ao qual, *a priori*, estariam designados os trabalhos do cuidado e do cuidar. Como ilustrado graças à fala de Tati, esta necessidade de se distinguir das trabalhadoras domésticas se deve ao lugar social por elas ocupado: o de vulnerabilidade social.

Constata-se, portanto, que graças às representações sociais do trabalho doméstico há uma resistência em se identificar com e como uma trabalhadora doméstica/do cuidado e do cuidar, que pode ser generalizada como uma dificuldade em se reconhecer socialmente vulnerável. Esta, em confluência com a constatação de Tronto (2009) a respeito da dificuldade em se reconhecer vulnerável, é um dos componentes do sistema de dificuldades no reconhecimento do trabalho doméstico.

Tronto (2009) afirma que temos uma dificuldade de nos reconhecermos vulneráveis, refletindo no reconhecimento do trabalho doméstico/do cuidar e do cuidado. Esta afirmação de Tronto está baseada na nossa condição como seres vivos, portanto ela trata da vulnerabilidade que nos é intrínseca. A pesquisa sobre a vivência de *au pairs* brasileiras na França nos permitiu afirmar que há também uma dificuldade de se reconhecer socialmente vulnerável. Dessa maneira, a relutância para com a vulnerabilidade não ocorre apenas em relação à conscientização da nossa condição humana, mas também de um possível lugar social. Desta perspectiva, o medo da vulnerabilidade atinge-nos no que somos: seres vivos e sociais. Não queremos nos ver precisando de cuidados e, assim, tomar consciência da nossa vulnerabilidade intrínseca, assim como não queremos estar associados à vulnerabilidade

social correspondente àqueles que realizam um trabalho doméstico/do cuidar e do cuidado. Sendo assim, o medo, tanto da vulnerabilidade intrínseca, quanto da social, mais o fato do trabalho doméstico/do cuidar e do cuidado estar voltado às pessoas vulneráveis e o desconhecimento dos esforços físicos e psíquicos que compõem sua atividade são elementos que, permeados pelo sistema de hierarquia social, formam o sistema de dificuldades para o reconhecimento trabalho doméstico/do cuidar e do cuidado.

3. Considerações finais

Dentro do contexto do programa de intercâmbio *au pair*, deve-se considerar que o distanciamento da ideia de trabalho e da imagem de uma empregada doméstica é uma vantagem para as suas participantes. Isso não quer dizer que as *au pair* brasileiras não compreendam que estão na família para a realização de um trabalho ou que, muitas vezes, não se sintam como empregadas, mas, de fato, procuram distanciar-se do rótulo de trabalhadoras domésticas (REDONDO, 2010). Existe, portanto, algo que sustenta o fato de não se identificarem com e como trabalhadoras domésticas e, ao mesmo tempo, de estarem cientes que prestam um serviço. Essa aparente incoerência é sustentada pelas representações do trabalho doméstico. Desta perspectiva, o interesse das brasileiras pelo intercâmbio *au pair* ocorre porque o discurso que envolve esse programa desassocia suas participantes da imagem de trabalhadoras domésticas, permitindo sua distinção social deste grupo. Além disso, o programa *au pair* é a maneira financeiramente viável que suas participantes encontram de ter uma experiência no exterior. Por isso, afirma-se que, além de questões econômicas, o incentivo das brasileiras a aderirem ao programa são questões sociais, passíveis de serem observadas no seu *habitus*.

Mesmo deixando o estatuto *au pair* e passando a realizar um trabalho de cuidar de crianças de maneira explícita, como babás, é possível para as exs-*au pair* brasileiras manterem sua distinção das domésticas, pois elas não fazem parte das representações sociais que correspondem à essas trabalhadoras no Brasil.

A distinção de uma babá que atrai participantes brasileiras ao programa *au pair* e a manutenção simbólica dessa distinção, mesmo quando contratadas como babás, pode ser ampliada para uma necessidade comum em se diferenciar de trabalhadores socialmente vulneráveis. Esta necessidade compõem as dificuldades do reconhecimento do trabalho doméstico/do cuidar e do cuidado. Uma consequência desta dificuldade é o aumento da ignorância a respeito do trabalho doméstico e da invisibilidade que o corresponde.

Uma vez que as atividades do cuidar e do cuidado não são reconhecidas como um trabalho, este sofre um apagamento social, não sendo divulgado de maneira a colaborar

quantitativamente e qualitativamente com o conhecimento a respeito do trabalho doméstico. Fomenta-se assim um ciclo no qual o trabalho doméstico, quando assim considerado, é efetuado por aqueles que fazem parte da representação social que lhe corresponde e, como resultado, esta representação mantém-se estática e reduzida. Os estudos sobre o trabalho doméstico colaboram com esse ciclo ao se interessar apenas por aquilo que é representativo estatisticamente ou passível de se transformar em números, focalizando desta maneira a existência do trabalho doméstico designado a um grupo⁹.

Perceber a necessidade de distinção daquelas reconhecidas como trabalhadoras domésticas é uma possibilidade de não apagar o trabalho realizado por todas aquelas que não fazem parte das representações sociais de quem o executa. Por sua vez, o não apagamento do trabalho executado geraria sua percepção, o que é fundamental para seu reconhecimento. Dessa forma, perceber as razões do incômodo em ser associada às empregadas domésticas (babás, diaristas) seria uma forma de influenciar a valorização deste trabalho.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. M. R. BAENINGER, Rosana (org). Circulação estudantil e imigração brasileira na França. **Migração internacional**. 2013, p. 207.

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. **Por Dentro do Estado de São Paulo**, v. 9, 2013, p. 23-34.

ARENDT, H. A Condição Humana. 8a edição revista. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOHRINGER, S.; FERRARESE, E. **Corps vulnérables**. Paris: L'Harmattan, 2015.

FERREIRA, V. Apresentação. **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**, 2008, p. 9.

GARRAU, M. Regards croisés sur la vulnérabilité. «#Anthropologie conjonctive#» et épistémologie du dialogue. **Tracés**, n. #13, 1 dez. 2013, p. 141-166.

GLENN, E. N. La race, le genre et l'obligation de prendre soin (care). In: HIRATA, H. (Ed.). **Le travail, entre public, privé et intime: comparaisons et enjeux internationaux du care**. L'Harmattan, 2017. p. 17-31.

HIRATA, H. Questions sur la qualité des emplois du *care*: France, Brésil, Japon. **Travail, genre et sociétés**, v. 26, n. 2, 2011, p. 199-203.

⁹ O visto de *au pair* é minoria dentro dos vistos de estudantes pedidos - em 2006, entre 1082 vistos de estudantes, 67 foram para *au pair*, em 2007 e 2008, a proporção foi, respectivamente, 1197/60 e 1271/68⁷ - estas intercambistas/trabalhadoras podem ser facilmente ignoradas das questões de imigração aos olhos de uma sociologia mais tradicional.

_____ ; Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, 26(1), 2014.61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

_____. ; GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? Políticas públicas e igualdade de gênero, Coordenadoria Especial da Mulher. **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**, 2004, p.188.

_____. ; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

KOFES, S.; ARANTES, A. A. Entre nós mulheres, Elas as patroas e Elas as empregadas. In: **Colcha de retalhos!: estudos sobre a família no Brasil..** 3. ed. Campinas: UNICAMP, [s.d.]p. 183–193.

MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. **Qu’est-ce que le care? souci des autres, sensibilité, responsabilité.** Paris: Payot, 2009.

PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. (ed.). **Le souci des autres: éthique et politique du care.** Paris: Éditions de l’École des hautes études en sciences sociales, 2005.

REDONDO, M. F. **Au pair : Care et Pouvoir. Brésiliennes au pair en France!: une étude de cas.** 2010. Dissertação. Sociologia. Université Paris 8- Vincennes-Saint-Denis. Saint- Denis, França, 2010.

REDONDO, Michelle. **Trajetórias do care : De au pair a nounou.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2018. In <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333512>

SAFFIOTI, H. **O Emprego Doméstico e Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1978.

TRONTO, J.; BRUGÈRE, F. **Le risque ou le care?** Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

TRONTO, J.;. **Un monde vulnérable: pour une politique du care.** Paris: La Découverte, 2015.

ZELIZER, V. **A negociação da intimidade.** Petrópolis: Vozes, 2011.